



I Representação Parlamentar I



**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Projeto de Resolução – Recomenda a realização de esforços diplomáticos para regularização dos salários dos trabalhadores das USFORAZORES

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, nos termos regimentais aplicáveis, o Projeto de Resolução em epígrafe.

Solicita-se a deliberação de urgência e dispensa de exame em comissão, ao abrigo dos artigos n.º 146.º e alínea a) do n.º 1 do 147.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, considerando a clareza de objetivos da iniciativa, a sua natureza, oportunidade e o seu próprio objeto.

Com os nossos melhores cumprimentos,

A Representação Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

Horta, 15 de outubro de 2025

Projeto de Resolução

Recomenda a realização de esforços diplomáticos para regularização dos salários dos trabalhadores das USFORAZORES

Segundo a Comissão Representativa dos Trabalhadores Portugueses na Base das Lajes (CRT), os trabalhadores portugueses que desempenham funções para as Forças dos Estados Unidos da América nos Açores (USFORAZORES), presentes na Bases das Lajes, estão sob “furlough”, uma norma prevista na legislação dos EUA que interrompe o pagamento aos trabalhadores por falta de aprovação orçamental e que não tem qualquer enquadramento legal em Portugal.

No passado dia 10 de outubro, e segundo a CRT, os trabalhadores portugueses da Bases das Lajes foram confrontados com a falta de pagamento no seu vencimento relativo aos primeiros três dias do corrente mês. Recorde-se que estes trabalhadores auferem o salário de quinze em quinze dias e nada fazia prever tal cenário, ainda para mais quando esta norma não é permitida em Portugal e devia estar protegida pelo atual acordo bilateral.

Segundo a presidente da CRT, não existe qualquer previsão de quando é que estes dias de salário em atraso serão efetivamente pagos e se existirão mais implicações no vencimento deste mês.

Apesar deste cenário, estes trabalhadores têm de se apresentar ao serviço, porque não há qualquer forma de justificar a sua ausência devido a esta situação.

A ausência de pagamento de dias de trabalho aos trabalhadores da Base das Lajes por parte dos Estados Unidos da América é vergonhosa e atentatória aos direitos destes trabalhadores e não tem qualquer fundamento legal.

Esta não é uma situação isolada em prejuízo dos direitos destes trabalhadores. Em 2024, treze trabalhadores portugueses que trabalhavam para o estado norte-americano na Base das Lajes auferiam abaixo do salário mínimo, um claro incumprimento da lei portuguesa, situação que é recorrente apesar dos alertas dos próprios trabalhadores e do parlamento dos Açores.

É por isso urgente que o Governo Regional e o Governo da República exijam de forma assertiva e imperativa o pagamento aos trabalhadores portugueses da Base das Lajes e que os seus direitos sejam sempre garantidos, recorrendo aos mecanismos legais previstos no âmbito do acordo bilateral entre Portugal e os EUA e recorrendo às vias diplomáticas.

Acresce a este problema a falta de atualização salarial dos trabalhadores portugueses e a incerteza quanto ao futuro dos trabalhadores precários, também denunciadas pela CRT.

A CRT denunciou recentemente a “grave situação laboral, marcada pela falta de aumento salarial, paralisação da comissão laboral e incerteza sobre o futuro dos trabalhadores temporários”.

Acrescentando ainda a sua preocupação pela ausência de reuniões da Comissão Laboral e da Comissão Bilateral, da qual não há notícias públicas desde maio de 2024 aquando da 51ª reunião, previstas no âmbito do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, fundamentais na resolução de matérias laborais e diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América.

Segundo a CRT deveria ter tido lugar uma reunião da comissão laboral, “agendada e não realizada em 29 de setembro de 2025”, onde a “falta de atualização salarial dos trabalhadores” era um dos temas.

Pela primeira vez em vários anos, os mais de 420 trabalhadores em regime permanente não receberam qualquer aumento, segundo os representantes dos trabalhadores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que resolva:

1 – Recomendar ao governo regional que interceda urgentemente junto do Governo da República para que este desenvolva os necessários esforços diplomáticos junto da administração dos EUA com vista à regularização imediata dos salários em atraso aos trabalhadores portugueses da USFORAZORES, assim como as devidas atualizações salariais;

2 – Nos termos regimentais aplicáveis e ao abrigo do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea i) do artigo 34.º e no n.º 3 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, pronunciar-se por iniciativa própria no sentido de recomendar ao Governo da República que desenvolva no imediato os necessários esforços diplomáticos junto da administração dos EUA com vista à regularização imediata dos salários em atraso aos trabalhadores portugueses da USFORAZORES, assim como a regularização das devidas atualizações salariais e a retoma das reuniões da Comissão Laboral.

3 – Dar conhecimento da presente resolução à Comissão Representativa dos Trabalhadores Portugueses na Base das Lajes, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, à Assembleia da República e aos diversos grupos e representações parlamentares.

A Representação Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)

Horta, 15 de outubro de 2025